SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ

FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO RURAL

BOLETIM INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1292 - 02/03/2015 a 08/03/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

O PLANO AGROPECUÁRIO 2015/16

HISTÓRIA
A crise dos mísseis

OPINIÃO
Xico Graziano

AVICULTURA
O efeito dominó

Aos Leitores

"O governo federal tem notórias razões para atender as reivindicações contidas nas Propostas da FAEP, Ocepar e Seab para o Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra 2014/15. No cenário econômico recheado por déficits, alguns cobertos com extravagantes manobras contábeis como exportar plataformas da Petrobras no papel, porque elas continuam flutuando na Bacia de Campos, o agronegócio tem salvado as contas e a Pátria".

Esse texto foi escrito há um ano atrás (BI 1249), neste mesmo espaço.

Um ano depois, o resultado das maquiagens contábeis estimuladas pela presidente da República estão aí nos jornais, nas TVs e principalmente em nossos bolsos. As barbaridades cometidas derretam a economia que está levando em marcha batida o país à recessão.

O velho provérbio português "Em casa onde falta o pão, todos brigam, ninguém tem razão" cabe como uma luva para descrever o clima político causado pelo afundamento econômico. "O governo não tem nem migalhas para distribuir e a torneira da Petrobrás foi fechada", disse um analista político. Ou seja, sem o toma-lá-dá-cá até a chamada base aliada – os partidos que apoiam o governo, já está mais pra cá do que pra lá.

Independente disso tudo, continua-se semeando e plantando neste país. E ai de nós se se isso ocorresse. Como no ano passado, a FAEP, Ocepar e Seab elaboraram propostas para o Plano Agropecuário para o biênio 2015/16 (as principais nesta edição). Para não raspar o tacho de suas contas, é aconselhável ao governo assegurar crédito ao agronegócio. Os dividendos são garantidos, para todos.

Índice

CAR 03

Plano Agropecuário 2015/16 04

INSS 09

Leite 10

Top 100 13

História - A Crise dos Mísseis 14

Xico Graziano 16

Avicultura/Caminhoneiros 18

Entrevista - José E. Denardin 20

Gilda Bozza 23

Batatas 24

Nota/Fundepec 27

Eventos Sindicais 28

Via Rápida 30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal** : Sebastião Olimpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR I Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1292: Fernando Santos, Gislon Abreu, Assessoria Embrapa, Milton Dória, Cynthia Calderon, Arquivo FAEP e Divulgação

CAR: O prazo é curto

FAEP apresenta os problemas e soluções do cadastramento

"Não adianta incentivar com ênfase o preenchimento do CAR agora, porque não existem técnicos suficientes para esse trabalho", disse Ágide na reunião. Além disso, lembrou que a falta de um decreto de regularização da lei estadual relativa ao CAR também tem gerado dúvidas.

Ele também apresentou as dificuldade no preenchimento do CAR:

- O CAR envolve conhecimento no Código Florestal;
- A leitura e interpretação de documentos de cartório;
- Conhecimento de pontos georreferenciados;
- Conhecimento da leitura de fotos de satélites;
- Conhecimento de informática;
- Disponibilidade de computador;
- Acesso a internet.

O prazo de entrega do Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório para todas as propriedades rurais no país, termina dia 06 de maio. Os proprietários rurais que não realizarem esse Cadastro estarão impedidos de obter linhas de crédito e financiamentos a partir de 2017.

Até o dia 28 de fevereiro, apenas 6,20% (33.078) das mais de 532 mil propriedades rurais paranaenses estavam cadastradas no sistema, segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão habilitado pelo governo federal para homologar o CAR. Apesar do baixo número, o Paraná ainda está entre os cinco Estados da Federação que mais têm propriedades cadastradas.

Como o tempo ruge, a FAEP participou no último dia 04 de uma reunião com as secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e outras entidades (*), para discutir uma estratégia emergencial para auxiliar os agricultores a se adequarem à essa legislação ambiental.

Nela, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, apresentou duas razões para o baixo número de inscrições no CAR: O desinteresse dos produtores rurais e a falta de profissionais capacitados.

• O Sistema FAEP/SENAR-PR, desde o início da formulação do CAR, desenvolve ações específicas:
• Já identificou falhas no sistema e informou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que as corrigiu;
• Treinou 1,2 mil facilitadores (sindicatos, técnicos, bancários, cartorários, polícia ambiental e demais da área), o que exige no mínimo 24 horas de treinamento teórico e prático;
• O SENAR-PR já tem disponibilizado dois instrutores e vai capacitar instrutores, para multiplicar as informações sobre o cadastramento.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR reforçou a necessidade de parcerias para a capacitação em todo o Estado e solicitou que o governador do Paraná que leve ao MMA a necessidade do prazo por mais um ano.

Participaram da reunião representantes das Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Agricultura, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Emater, Incra, Funai, Associação de Municípios do Paraná, Sistema FAEP/SENAR-PR, FETAEP, Sistema Ocepar, CREA, FETRAF-SUL, UNICAFES, INCRA e FUNAI.

Paraná apresenta propostas ao PAP 2015/2016

FAEP, Ocepar e Seab sugerem R$ 207 bilhões para a agricultura empresarial

A FAEP, em conjunto com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), e com apoio dos sindicatos rurais, produtores e técnicos enviou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no último dia 02 de março, um documento com propostas ao Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra (PAP) 2015/16.

Entre as sugestões, as entidades solicitam a redução na taxa de juros ou, em último caso, manter as atuais taxas de juros do crédito rural para custeio, investimento e comercialização. De acordo com o documento, o agronegócio representa pelo menos ¼ do Produto Interno Bruto (PIB), com papel de destaque no cenário nacional e internacional. Com US$ 96 bilhões em exportações, os produtores brasileiros competem com produtores de outros países desenvolvidos, que são beneficiados por baixas taxas de juros e vultuosos recursos de subvenção econômica. Para os produtores nacionais se manterem competitivos é necessário reduzir ou, em último caso, manter as atuais taxas de juros do crédito rural. Em relação ao volume de recursos para a safra 2015/16 é necessário considerar as seguintes tendências observadas nas últimas safras:

- Elevação dos custos de produção (fertilizantes, sementes, mão de obra, combustíveis, transporte e defensivos agrícolas), influenciados pela elevação nas cotações do dólar;
- Expansão da produção com o uso intensivo de tecnologias;
- Consequente necessidade do reajuste do limite de crédito por beneficiário.

Crédito rural

Diante desse cenário, as instituições solicitam o aumento no volume total de recursos de crédito rural, passando de R$ 180 bilhões para R$ 207 bilhões. Desse total, R$ 180 bilhões à agricultura empresarial e R$ 27 bilhões à agricultura familiar para a safra 2015/16, considerando o aumento de 15% no custo de produção das principais culturas de verão, calculado pela Conab.

"Incluir no Manual do Crédito Rural norma restringindo a exigência de reciprocidade por parte dos agentes financeiros nas contratações de crédito rural, evitando a prática da venda casada. Isentar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (0,38%) nas operações de crédito rural".

Programa ABC

Outra demanda das instituições, buscando se adequar à legislação ambiental, neste ano, os produtores deverão se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que gera custos com elaboração de mapas, contratação de profissionais aptos a auxiliar o produtor na inscrição, assim como o planejamento e execução do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Com base nisso, as entidades solicitam como itens financiáveis no Programa ABC:

I - As operações necessárias referentes ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regularização da propriedade com o Programa de Regularização Ambiental (PRA) tais como a construção de cercas, a aquisição de mudas e insumos e implantação de florestas, a contratação de técnicos e os serviços de georreferenciamento, entre outros.

II - A compensação de reserva legal fora da propriedade rural, seja no caso de servidão ou cotas de reserva ambiental, considerando produtores que não tenham a área de reserva legal em sua propriedade e que precisam se adequar a legislação ambiental.

III - A implantação de sistemas de tratamento de efluentes para produtores e agroindústrias.

Inovagro

Quando se trata do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), as entidades solicitam que as taxas de juros sejam mantidas a 4% ao ano, além de elevar o limite de crédito por beneficiário de R$ 1 para R$ 1,15 milhões na safra 2015/16. "Incluir nos itens financiáveis geradores de energia elétrica para avicultura, leiteria e suinocultura, considerando as constantes quedas de energia, que geram cada vez mais perdas na produção, redução da margem bruta e da capacidade de investimento dos produtores. Incluir como itens financiáveis os projetos como fontes alternativas de geração de energia no meio rural, tais como energia de biogás, eólica, células fotovoltaicas, entre outras. Inserir a atividade de piscicultura integrada como item financiável no Inovagro".

Programa para a Construção e Ampliação de Armazéns (PCA)

Em relação ao Programa para a Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), as instituições solicitam criar no âmbito do programa o PCA diferenciação para médios produtores, o PCA Pronamp, com taxas de juros de 3,5% prazo de pagamento de 18 anos com três anos de carência. No PCA, alongar o prazo de 15 para 18 anos nos financiamentos destinados a investimentos.

Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (Prorenova)

Diante da crise que atinge o setor sucroalcooleiro, foi solicitado: reduzir a taxa de juros de TJLP + 2,7% para 6,5% ao ano, equiparando-a as demais linhas de crédito rural; permitir financiamento para projetos implantados de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 e tornar o programa permanente, como as demais linhas do crédito rural; elevar o nível de participação do BNDES para médias-grandes e grandes empresas de 50% para 70% e considerar o adicional de 20%, atingindo participação total de 90%, no caso de investimento em áreas que utilizem variedades protegidas ou de clones potenciais de cana-de-açúcar; aumentar o limite de financiamento de R$ 150 mil para até R$ 300 mil por grupo econômico.

Financiamentos e crédito rotativo

De acordo com o documento, as entidades solicitam o aumento do limite de crédito sob a modalidade de crédito rotativo no Pronamp passando de R$ 80 para R$ 200 mil por beneficiário em cada safra. “Estender a modalidade de crédito rotativo para custeio nas demais linhas, estabelecendo limite de R$ 200 mil por beneficiário em cada safra”.

Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Em relação à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), os atuais preços mínimos cobrem apenas os custos variáveis, indicando a necessidade de reajustá-los para ficarem compatíveis com a conjuntura nacional e internacional dos preços agrícolas e dos custos de produção. Diante disso, as instituições solicitam: reajustar o preço mínimo do milho de R$ 17,67 para R$ 23,00 por saca de 60 kg considerando o custo operacional de produção da Conab; reajustar o preço mínimo do feijão cores de R$ 95,00 para R$ 105,00 de acordo com o custo de produção calculado pela Conab; reajustar o preço mínimo do trigo tipo 1 da classe pão de R$ 33,45 para R$ 39,92 por saca considerando o custo de produção calculado pela Conab; assegurar recursos de, no mínimo, R$ 6,0 bilhões para apoiar a comercialização da safra brasileira; garantir de forma antecipada os preços mínimos, mediante o lançamento de Contratos de Opção de Venda pela Conab, direcionados aos médios produtores, no período de pré-plantio e plantio das lavouras; reajustar

o preço mínimo do café tipo 6 bebida dura de R$ 307,00 para R$ 420,8 por saca de 60 Kg conforme o custo de produção variável calculado pela Seab para 2014.

Gestão de risco rural

Outra demanda antiga das instituições ocorre em relação ao Programa de Subvenção ao Prêmio de Contratos e ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). "Criar o programa e subvenção ao prêmio de contratos de opção atrelados aos financiamentos de custeio".

Desde 2005, a contratação de seguro rural tem sido viabilizada no âmbito federal pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) que oferece ao produtor rural a oportunidade de segurar sua produção, por meio de auxílio financeiro que reduz os custos de aquisição do seguro. Para a safra 2014/15, o governo federal prometeu R$ 700 milhões nesse programa, mesmo valor da safra anterior, mas não cumpriu com o calendário agrícola, atrasando a liberação e o pagamento dos recursos do PSR, situação que ficou comum após 2010. Isso dificulta a criação de novos seguros agrícolas e impede o desenvolvimento do mercado de seguro rural no país.

Diante desse impasse, as instituições solicitam: garantir no orçamento de 2015 pelo menos R$ 1,2 bilhão para o PSR, sendo R$ 300 milhões para pagar as apólices de 2014 e R$ 900 milhões para 2015. Prorrogar por mais um ano a obrigatoriedade de contratação de seguro rural ou Proagro em operações de custeio agrícola de até R$ 300 mil por beneficiário dada pela resolução nº 4.336, uma vez que o volume de recursos do programa do seguro rural não tem sido suficiente.

Programa de Apoio à Olericultura

A horticultura é uma importante atividade agrícola podendo ser desenvolvida em pequenas áreas, como alternativa de diversificação e de retorno rápido de renda ao produtor rural.

Atualmente as condições de crédito, voltadas para grandes culturas, não atendem as particularidades da horticultura. Exemplo disso é a contratação de custeio com adesão ao Proagro. Atualmente, o produtor contrata crédito de custeio para produção de um ano e para uma cultura, visando garantir melhores preços na aquisição de insumos, maior praticidade e menores custos comparativamente a contratação trimestral de custeio. Com recursos de custeio de um ano, o produtor faz mais que um ciclo produtivo, pois entre o plantio até a comercialização o período é curto: de 90 a 120 dias.

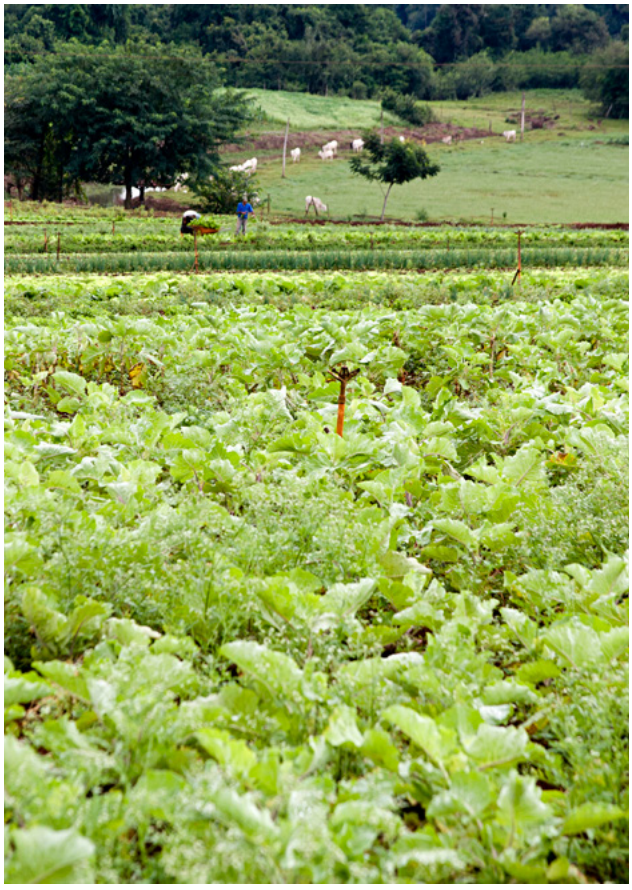
Além de fazer vários ciclos produtivos, as culturas que serão plantadas podem ser diferentes da cultura financiada em função dos preços de mercado, ou seja, se o preço da cultura financiada cair o produtor pode optar por plantar outra cultura de preço melhor.

Quando ocorre a perda de produção em apenas um ciclo, atualmente o produtor não recebe a indenização do Proagro por causa da contratação de crédito para um ano e para uma cultura específica. A contratação por ciclo produtivo também não resolve o problema, pois se torna onerosa, com a necessidade de elaboração de projeto e liberação de crédito a cada ciclo produtivo de 90 a 120 dias.

Diante dessas dificuldades, as instituições solicitam - para olerícolas com ciclo produtivo de até 120 dias, que contratam custeio com adesão ao Proagro:

I- Unificar no BACEN as culturas como olerícolas de ciclo até 120 dias de produção durante todo o ano (esta medida permitirá que o horticultor compre insumos para o ano e possa plantar culturas diferentes para um mesmo financiamento, fazendo rotação de cultura).

II- Permitir a liberação de crédito de custeio em uma única parcela referente à área total a ser plantada na safra, escalonando os pagamentos para o final de cada ciclo produtivo. A amortização de cada ciclo produtivo fica atrelada a operações independentes de Proagro. (Esta medida permitirá amortizações mais frequentes e principalmente o recebimento de Proagro por ciclo produtivo, quando houver perda de produção em uma cultura ou ciclo específico).



Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)

Esse programa contempla a maioria dos produtores rurais brasileiros. Dentre as medidas mais importantes a serem adotadas destacam-se a necessidade de aumento do montante de recursos, elevação da renda bruta para enquadramento no programa e redução nas taxas de juros para que os produtores realizem os financiamentos de seus empreendimentos com custos compatíveis com a atividade. **Entre as propostas:**

a) Ampliar o volume de recursos do programa de R$ 16,9 bilhões (R$ 10,55 para custeio e R$ 6,34 bilhões para investimento) para R$ 20,0 bilhões, considerando recursos de custeio e investimento.

b) Elevar a renda bruta anual de enquadramento dos produtores do Pronamp de R$ 1,6 para R$ 1,84 milhões.

c) Reduzir a taxa de juros do médio produtor de 5,5% para 5,0% ao ano.

d) Elevar o limite de crédito por beneficiário para: I – custeio, passando de R$ 660 para R$ 750 mil; II – investimento, passando de R$ 385 para R$ 450mil.

e) Instituir um mecanismo legal de enquadramento para médios produtores a exemplo da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

f) Criar uma linha de financiamento para construção de casas aos produtores e aos empregados rurais, considerando as mesmas condições de juros do Pronamp.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

A agricultura familiar tem importante papel na produção de alimentos, contribuindo fortemente para o atendimento da demanda dos consumidores, bem como, na melhoria na qualidade de vida desses agricultores. Neste sentido as políticas públicas de apoio à produção dos agricultores familiares tem causado impactos positivos nos indicadores da economia nacional. Para dar continuidade aos bons resultados obtidos são necessárias alterações na política de crédito rural no âmbito do Pronaf. **As propostas:**

a) Aumentar em 15% o limite máximo para custeio no Pronaf, passando de R$ 100 para R$ 115 mil por beneficiário na safra 15/16;

b) Estender o prazo de reembolso do financiamento de investimentos (Pronaf Mais Alimentos) para todas as culturas de 10 para até 12 anos.

e) No caso de projetos do Pronaf Mais Alimentos relacionados à avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite, ampliar o limite de crédito de investimento de R$ 300 para R$ 400 mil por tomador – pois projetos da pecuária demandam maiores montantes de investimentos, mesmo quando desenvolvidos no âmbito da pequena propriedade rural/ agricultura familiar.

a) Criar um fundo para indenização de animais sacrificados sanitariamente no âmbito do PNCEBT.

b) Permitir o financiamento ao amparo da linha Pronaf Mais Alimentos de veículos utilitários, com dupla aptidão, até 120 CV de potência.

- ***Confira o documento na íntegra acesse*** *www.sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Propostaspapfinal.pdf*

As mudanças nos benefícios do INSS

Legislação altera benefícios previdenciários para o produtor rural

A Medida Provisória nº 664 de 2014 modificou algumas regras para concessão e obtenção de benefícios pagos pelo INSS. Desde 1º de março o produtor rural deve ficar atento às novas regras para obtenção da pensão por morte e do auxílio-doença.

Pensão por morte

A pensão por morte será devida aos dependentes do segurado que falecer, mas a partir de agora será necessário comprovar um período de carência de 24 meses para concessão do benefício. Ou seja, para obter a pensão por morte na área rural é necessário comprovar o exercício da atividade rural por no mínimo 24 meses para o produtor rural segurado especial. Para o produtor rural contribuinte individual será necessário comprovar no mínimo 24 contribuições.

Não existirá carência no caso de acidente do trabalho ou doença profissional.

Lembrando que produtor rural segurado especial é o produtor rural sem empregados e que exerce atividade rural em área de até quatro módulos fiscais. Produtor rural contribuinte individual é o produtor rural com empregados ou que exerça atividade rural em área superior a quatro módulos fiscais.

Outra mudança é que para os cônjuges com 44 anos de idade ou mais o benefício continua vitalício, mas para cônjuges com idade inferior o critério a ser utilizado é a expectativa de sobrevida em anos do IBGE. Por exemplo, cônjuge com idade entre 28 a 32 anos receberá pensão por morte por 12 anos somente.

Para o produtor rural segurado especial o valor da pensão continua sendo um salário mínimo.

Auxílio-Doença

Para empregados a nova regra estipula que o empregador terá de pagar o salário durante os primeiros 30 dias de afastamento, em vez dos 15 dias da lei anterior. O trabalhador só necessitará ser atendido pela perícia médica do INSS a partir do 31º dia.

Outra mudança é em relação ao valor do benefício, que não poderá exceder a média das últimas 12 contribuições.

Seguro desemprego também mudou

Pelas novas regras, para ter acesso ao benefício, pela primeira vez o trabalhador que perder o emprego deverá comprovar vínculo de pelo menos 18 meses. Antes, o prazo era de seis meses.

O número de parcelas também mudou:

O primeiro pedido de seguro desemprego contemplará repasses de quatro (quem trabalhar entre 18 e 23 meses antes da demissão) a cinco parcelas (quem trabalhar 24 meses antes da demissão).

O segundo pedido, de quatro (quem trabalhar entre 12 e 23 meses antes da demissão) a cinco parcelas (quem trabalhar 24 meses antes da demissão).

E o terceiro pedido, de três (quem trabalhar entre seis e 11 meses antes da demissão) a cinco parcelas (quem trabalhar 24 meses antes da demissão).

Eleutério Czornei / Assessoria Jurídica da FAEP

A produção sustentável do leite

Por Katia Santos

Vaca vazia é aquela que não fica prenha, logo não produz leite. Quanto menos vaca vazia no pasto, mais dinheiro no bolso. Mas como melhorar a taxa de prenhez dos animais? Uma das chaves dessa equação é a nutrição, segundo estudos feitos por especialistas para o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Na verdade uma rentável produção de leite precisa de genética, sanidade, gestão da propriedade e principalmente boa alimentação, bons tratos e até carinho com os animais. Esse conjunto significa mais leite.

"Estamos direcionando o foco no sentido de conscientizar o produtor de leite a ter uma nova visão da sua atividade, partindo de um diagnóstico técnico da propriedade, que avalie solos para a produção de alimentos e a nutrição dos animais. Dessa forma acreditamos que o produtor vai obter as condições para produzir leite de forma sustentável seja pelo aspecto econômico, ambiental e social", explica o médico-veterinário e técnico do SENAR-PR, Alexandre Lobo Blanco.

Especialistas apresentam uma lista de passos que podem ser adotados como roteiro pelo produtor para que ele possa fazer essa mudança de perspectiva sem sofrer intempéries:

Para produzir com sustentabilidade

1) Análise de solo para produção de alimentos;
2) Sanidade/controle de doenças e realização de exames;
3) Balanço nutricional – volume e qualidade de alimentos;
4) Acasalamento genético;
5) Investimento em instalações adequadas;
6) Capacitação da equipe de funcionários;

"Estamos conscientizando o produtor de leite a ter uma nova visão da atividade".

Alexandre Lobo Blanco
médico-veterinário e técnico do SENAR-PR

Com base em informações técnicas pode-se avaliar essa listagem e afirmar que os três primeiros itens representam 80% do custo de produção de leite nas propriedades.

"Todos esses itens são permeados pelo uso de tecnologias que podem ser a aquisição de equipamentos e sistemas inovadores e sofisticados, mas também a arte de observação criteriosa do rebanho pelo dono", diz.

Blanco explica que o desafio do produtor é aumentar a qualidade e a oferta de pastagens durante todo o ano. Ele enumera cinco tópicos que resumem as possiblidades de oferta de alimento para os animais.

1 - Forragem – pastos de verão e inverno
+ minerais que são obrigatórios;
2- Forragem conservadas – fenos e silagem;
3- Grãos (milho, centeio, cevada, etc)
4 - Sub-produtos – exemplos levedura de cerveja, polpa cítrica, etc;
5- Rações comerciais.

"É na produção de pastagens verão/inverno que o produtor deve investir para ter alimento em quantidade e qualidade. E é nesse ponto que ele consegue reduzir custos de produção que podem variar de 20 a 30%. Estudos apontam que as margens de lucro estão cada vez mais apertadas e é nesse item que o produtor precisa direcionar seus investimentos", completa.

A questão geográfica

Outro benefício direto obtido pelo produtor com a estabilidade da oferta de alimento apontado por Blanco é a previsibilidade do volume de produção. Quando o produtor alcança uma boa média de litros/dia ele adquire condições de dimensionar seus equipamentos como resfriadores e ordenhadeiras e consegue melhores condições de negociação com o laticínio como pagamento por qualidade e volume.

Mas aumentar de forma contínua a quantidade de produção de alimentos de qualidade na propriedade não é uma tarefa fácil para os produtores de leite no Paraná. Se por um lado a localização geográfica do Estado favorece a produção de duas safras de grãos, por outro ela aumenta o desafio de produzir pastagens o ano inteiro.

Ao Norte, do Estado, acima do paralelo 24º, a produtividade de forragens é maior no verão, mas ao Sul o Paraná apresenta boas condições de produção de forragem no inverno. "Estamos localizados em uma zona de transição. Por isso os produtores precisam de critérios técnicos bem específicos de plantio de pastagens por região do Estado e buscar a tecnologia que funcione na sua microrregião. Mas, uma coisa é certa, não existe no mercado uma forrageira milagrosa", afirma.

A forrageira 'dos sonhos' do produtor de leite deveria reunir características como: resistência à seca, custo de aquisição baixo, alto teor de produtividade, palatável aos animais, resistente ao pisoteio, ótima produção de biomassa, resistente a pragas e com ciclo longo. Segundo o técnico hoje as cultivares disponíveis no mercado reúnem no máximo duas dessas características.

Tecnologia

Tecnologia para o SENAR-PR é transformar o conhecimento em ações para produção com a consciência da sustentabilidade (econômica/ social/ambiental). "É muito comum confundir tecnologia só com automação. A observação, pelo produtor, do úbere de uma novilha e seu sistema reprodutor é também uma ação tecnológica", afirma Blanco.

O médico-veterinário explica que em cada um dos passos citados acima o produtor pode agregar tecnologia para avançar com mais agilidade ao patamar da sustentabilidade.

Matias Barth: "Eu tenho como valor, que quanto mais próximo do processo natural de produção de leite, melhor"

Equipamentos

Algumas propriedades estão usando equipamentos de vanguarda. Um dos exemplos é o Heatime, um produto israelense disponível no Brasil desde 2008 e no Paraná desde 2013, que permite o gerenciamento do rebanho através de um Tag (coleira) (ao pé da letra a tradução é etiqueta). Essa coleira monitora a atividade da vaca através de um dispositivo eletrônico que capta a movimentação corporal e a ruminação do animal.

Os dados são descarregados em unidades de identificação instalados na entrada da sala de ordenha que os enviam para um terminal de controle. Entre as informações repassadas estão: o número de vacas que estão em cio; qual o melhor momento para inseminá-las; quais animais apresentam algum problema e ajudam assim os produtores a melhorar as taxas de prenhez do rebanho e bem-estar, reduzindo o uso de hormônios, de trabalho e de tempo.

Leitura fiel

Em Castro, região dos Campos Gerais, o BI foi ouvir dois produtores que estão usando esse equipamento. Um deles é Matias Barth, 44 anos, descendente de alemães, cuja família trabalha com a produção de leite desde 1972. Ele é o responsável por essa atividade na propriedade de 167 hectares, com um rebanho total de 780 vacas e novilhas e 330 em lactação, todas em confinamento.

"Há anos busco uma ferramenta que me ajude a aumentar a produção dos animais com o menor uso de hormônios. Esse equipamento trouxe isso. No sistema confinado a manifestação do cio é cada vez mais difícil. Com o tag (coleira) em cada ordenha tenho uma leitura fiel de cada animal e sei a janela ideal para fazer a inseminação artificial", afirma.

Barth não delega o trabalho de inseminação das vacas e fez seu primeiro curso com um instrutor do SENAR-PR em 1997. "Além das coleiras, esse equipamento tem um terminal que recebe os dados. Quando busco as informações tenho uma janela de 26 horas para fazer a inseminação. No meu caso a janela ideal é entre 6 e 16 horas após o pico de atividade do cio. Para atingir melhores resultados faço o procedimento nos horários mais frescos do dia", completa.

A maior vantagem apontada por Barth é em relação à redução de cios induzidos: "Antes do equipamento cerca de 80 a 90% das vacas tinham cios induzidos, hoje esse percentual é de 40%, mas quero chegar a 20/30%. Eu tenho como valor, que quanto mais próximo do processo natural de produção de leite, melhor", explica.

Ele comenta que o equipamento não corrige ou aponta outros problemas que o rebanho apresenta, mas que influenciam na produção dos animais como as questões de locomoção e os problemas com casco. Atualmente 60% do rebanho da família Barth usa os tags.

Ganhando tempo

O produtor rural Rogério Borgh, 42 anos, descendente de holandeses, enumera outra vantagem da coleira: "A primeira delas foi o ganho com tempo na administração dos animais. Antes eu tirava meia hora de manhã e da tarde para avaliar, pessoalmente, as vacas no pasto. Hoje recebo essas informações, instantaneamente, acessando o terminal na sala de ordenha. Os dados são precisos e me ajudam a melhorar o percentual de detecção do cio, que antes era de 20% hoje é50%", diz.

Borgh usa o equipamento desde junho de 2014 e pretende com a ferramenta reduzir o número de dias que as vacas ficam vazias de 450 para 400. "O equipamento vai me trazer outros ganhos indiretos como a redução de gastos com a compra de sêmen e aumento do volume produzido de leite, pois terei um número menor de animais 'vazios' ", conclui. O produtor também aponta outra vantagem a de detectar com 12 horas se a vaca está ou não doente. "Economizo em medicamentos e consigo agir evitando perdas, isolamento do animal e a ocorrência de uma mastite grave além também da redução de protocolos de Inseminação Artificial em Tempo Fixo(IATF)", conclui.

Rogério Borgh: "Equipamento me proporcionou ganho de tempo para outras atividades da propriedade"

No TOP 100 há 18 paranaenses

A lista da MilkPoint avalia os principais produtores de leite do país

O Levantamento Top 100 é uma iniciativa do site MilkPoint, realizado pela primeira vez em 2001. O objetivo é conhecer quais e onde se localizam os maiores produtores de leite do Brasil. O Top 100 2015 tem como base as maiores fazendas leiteiras do ano de 2014.

Foram avaliados dados de 200 fazendas na primeira fase. Os 100 maiores produtores em 2014 apresentaram produção média de 15.161 litros por dia, 9,4% a mais do que os 100 maiores de 2013. Essa quantidade é mais que o dobro da apresentada no primeiro levantamento. Na lista do MilkPoint (http://www.milkpoint.com.br/) estão 18 paranaenses. Veja abaixo:

1º Lair Antônio de Souza e filhos
62.851 kg diários - Araras SP

2 º Espólio de Orostrato Olavo Silva Barbosa
52.197 kg diários - Tapiratiba SP

3 º Agrindus
51.288 kg diários - Descalvado SP

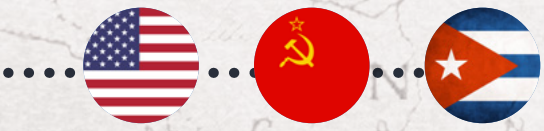
Ranking	Nome	Produção diária (kg)	Município	Empresa compradora
12º	Hans Jan Groenwold	25.461	Castro	Pool
13º	Albertus Frederik Wolters	24.567	Castro	Pool
18º	Lucas Rabbers	18.122	Castro	Pool
21º	Mauricio V. C.Greidanus	17.321	Carambeí	Pool
24º	Mário Sossella Filho e Outros	16.507	Céu Azul	BRFoods/ Vigor
25º	Agropecuária Régia	15.830	Palmeira	Witmarsum
30º	William Ferdinand van der Goot	14.983	Arapoti	Pool
34º	Roberto Sleutjes	13.985	Castro	Pool
43º	Jan Johannes de Boer	13.151	Castro	LBR
44º	Raul Fernando Los	12.541	Castro	Pool
45º	Carlos Augusto Delezuk	12.475	Carambeí	Pool
63º	Jan Noordegraaf Neto	10.905	Arapoti	Pool
73º	Jan Willem e Marika Salomons	9.869	Arapoti	Pool
75º	Marius C.Bronkhorst	9.507	Arapoti	Pool
77º	Armando de Paula Carvalho Filho	9.480	Castro	Pool
79º	Ronald Rabbers	9.449	Castro	Pool
84º	Grupo Melkstad	9.200	Arapoti	Pool
97º	Centro de Treinamento para Pecuaristas	8.161	Castro	Pool

Esses 18 produtores produzem 251.514 kg de leite por dia, ou 91,8 milhões de quilos de leite por ano. Isso equivale a 2,13% da produção do Paraná e 15,7% da região centro oriental onde localizam-se as fazendas de todos esses produtores.

A comercialização é feita quase que exclusivamente com o Pool ABC (Cooperativas Castrolanda - Castro, Batavo - Carambeí e Capal – Arapoti). O Pool de Leite ABC tem cerca de 472 produtores associados das cooperativas Castrolanda Batavo que produzem mais de 200 milhões de litros da bebida por ano, ou 550 mil litros por dia.

Se for considerada uma produção de 50 litros/dia, já que a maioria dos produtores de leite do Paraná produz até 50 litros/dia, para obter o mesmo volume desses 18 produtores seriam necessários 5.030 produtores de 50 l/dia.

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL PASSOU RASPANDO



A crise dos mísseis em Cuba e o fim do bloqueio econômico

Num português claro, os Estados Unidos chutaram o balde de Cuba em 07 de fevereiro de 1962, estabelecendo o bloqueio econômico da ilha. Fidel Castro havia dado um drible nos americanos, se abraçado ao comunismo e tornado seu regime dependente economicamente e militarmente da União Soviética.

Cuba foi por muito tempo uma espécie de cassino de americanos abonados frequentadores de hotéis, boates e jogatina, sob controle da máfia. Em 1958 presidia o país Fulgencio Batista, quando surgiu Fidel Castro e seus barbudos em Sierra Maestra. Mediante guerrilhas venceram o exército regular e tomaram o poder em 1º de janeiro de 1959.

Mais de meio século depois, americanos e cubanos surpreenderam o mundo no dia 17 de dezembro passado ao anunciar que deixavam para trás confrontos permanentes e iniciavam negociações para normalizar suas relações diplomáticas. O acordo foi selado definitivamente com uma histórica conversa telefônica de quase uma hora entre o presidente Barack Obama e o líder cubano Raúl Castro. Nesse acordo houve a intervenção discreta do Papa Francisco, numa história cujos bastidores serão logo revelados por algum jornalista abelhudo.

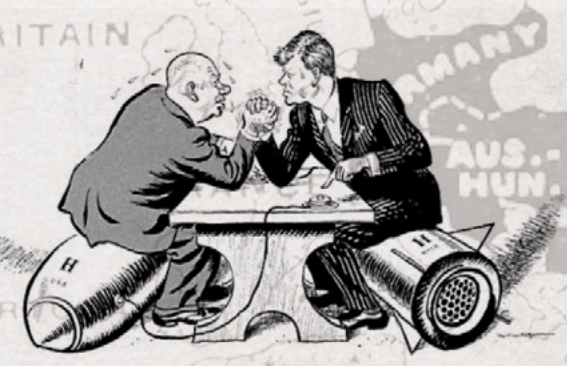
O bloqueio da ilha ocorreu quando o mundo vivia o auge da Guerra Fria - de um lado países liderados pelos Estados Unidos e do outro na chamada Cortina de Ferro as nações lideradas pela União Soviética.

Nesse clima, na manhã do dia 14 de outubro de 1962, um avião espião americano U-2 registrou o que parecia ser uma nova construção militar em San Cristóbal, na província de Pinar del Rio, no Oeste de Cuba. As fotografias registradas pelo aparelho revelaram que a União Soviética instalava mísseis em

Cuba, e as características das cargas flagradas pelos americanos sinalizavam que esses mísseis eram capazes de carregar ogivas atômicas. Isso a menos de 150 quilômetros da Flórida, o Estado americano mais próximo da ilha.

Os soviéticos fincavam as primeiras bases para que, dentro de pouco tempo, fossem capazes de disparar uma bomba nuclear em qualquer cidade americana, inclusive Nova York e Washington. O assessor especial para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, foi o primeiro a receber o explosivo relatório do U-2 e o entregou ao presidente John Kennedy, o mais jovem presidente eleito da história americana (aos 43 anos, em 1960). Kennedy apostou numa estratégia moderada e consistente, irritando os parlamentares republicanos, de oposição, que exigiam uma ofensiva militar imediata contra Cuba.

O botão do fim do mundo



Os mísseis eram uma espécie de troco do líder soviético Nikita Kruschev, que também tentava se aproveitar de um fracasso norte-americano. O troco era devido à instalação pelos americanos de mísseis na Turquia, às portas da União Soviética. E o fracasso havia sido o "Ataque à Baía dos Porcos", em 1961, envolvendo refugiados cubanos que viviam nos EUA e tinha por objetivo derrubar o regime de Fidel Castro. Krutchev calculou que Kennedy não tentaria novamente invadir a ilha.

Toda a tensão demorou 13 dias de 1962, de 17 a 29 de outubro, e teve momentos de real possibilidade do início de uma guerra. Kennedy chegou a afirmar que não hesitaria em usar os mísseis norte-americanos em retaliação, caso os silos em solo cubano não fossem desativados e os mísseis levados de volta à URSS.

Neuróticos os norte-americanos ficaram desesperados, construindo abrigos nucleares nos quintais de suas casas, começaram a estocar água e mantimentos com a intenção de tentar sobreviver ao máximo com suas famílias no caso de uma guerra nuclear.

Todos tinham a certeza de que uma guerra deste porte não destruiria apenas os dois países, mas grande parte da vida na Terra. Portanto, era difícil conceber um evento desta magnitude sem que antes os dois lados gastassem todos os argumentos diplomáticos e políticos. Ninguém queria esperar para ver se realmente alguém teria coragem de apertar o botão do fim do mundo - a Terceira Guerra Mundial, detonada por armas nucleares.

A crise terminou com os soviéticos retirando os mísseis de Cuba e os americanos da Turquia. O saldo para Cuba foi o bloqueio econômico americano que se acentuou a partir de 1989, quando a União Soviética evaporou e deixou de sustentar a economia na ilha de Fidel Castro.

O modelo chinês

Em vez de mísseis nucleares, os entendimentos entre americanos e cubanos certamente provocarão mudanças em Cuba. Obama e Raúl Castro repetem uma cena ocorrida 43 anos atrás. Em 21 de fevereiro de 1972, o então presidente americano, Richard Nixon, surpreendeu o mundo iniciando uma viagem de uma semana à China onde encontrou-se com o todo poderoso Mao Tsé Tung, líder chinês. Atrás dele veio o capitalismo americano emoldurado pela McDonald's, Coca Cola e multinacionais. A China abriu a economia, mas manteve o regime ditatorial do Partido Comunista, único no país. Os especialistas em política internacional discutem se Cuba seguirá o exemplo chinês. Abre a economia, mas mantém fechado o regime político. O detalhe é que em junho Raul Castro faz 84 anos e seu irmão Fidel completa 89 anos em agosto.

Irrigação agrícola e desperdício de água

Xico Graziano

Nestes tempos dramáticos de crise hídrica, é normal que se procurem os responsáveis pela desgraça. Um jogo de interesses, porém costuma esconder-se nessa busca de responsabilidades, querendo diluir a culpa. Tem gente, agora, dizendo que o grande vilão do desperdício de água no Brasil é a agropecuária. Tem cabimento isso?

Nenhum. A afirmação representa uma malvadeza da cidade para denegrir o campo. O incauto raciocínio parte da informação, correta, de que 61% da retirada de água dos mananciais brasileiros se destina ao uso rural, assim distribuído: 54% na irrigação agrícola, 6% nos bebedouros dos animais e 1% nas residências da roça. No meio urbano, os domicílios demandam 27% da água e a indústria capta 12%. O informe refere-se a 2010 e constam do último Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, da Agência Nacional das Águas (ANA).

Para contestar a caluniosa crítica contra a agricultura minha primeira ponderação diz respeito à agregação dos dados. É bastante desigual a distribuição dos recursos hídricos no Brasil. Quando se considera apenas a bacia hidrográfica do Rio Paraná, onde se situa a metrópole paulista, os usos domésticos e industriais de água ultrapassam metade da demanda total. Na bacia do Rio São Francisco, por sua vez, os domicílios urbanos e a indústria demandam apenas 18% da água, ante 77% destinados somente à irrigação.

O segundo ponto diz respeito à evolução da irrigação. A ANA mostra que entre 2006 e 2010 houve um acréscimo de 47,5% na demanda d'água para agricultura. Mais expandiram suas áreas irrigadas as bacias hidrográficas do Paraná (acréscimo de 88%), do São Francisco (73%) e do Araguaia-Tocantins (58%). Essa expansão da agricultura irrigada, óbvio, utiliza mais água. Mas representa uma excelente notícia para o desenvolvimento sustentável do país.

Em 1970, a irrigação correspondia a apenas 2,3% da nossa área cultivada. Passados cerca de 40 anos, tal patamar subiu para 8,3%. Tornou-se prática imprescindível na moderna fruticultura, na olericultura e na floricultura. Entre os grãos, a área irrigada abrange apenas 5% do plantio, beneficiando especialmente as lavouras de arroz e feijão, que concentram 55% da irrigação nos cereais básicos. A irrigação garante o

prato nosso de cada dia.

Análises da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicam que os perímetros irrigados em solos brasileiros, públicos ou particulares, aproveitam apenas 19,6% do potencial nacional das áreas disponíveis à tecnologia, ante 72% na média mundial. Quer dizer, precisamos avançar mais. No Nordeste, onde a ação pública assume papel primordial, os atuais 210 mil hectares irrigados significam pouco diante do potencial produtivo e das necessidades do desenvolvimento regional. A irrigação traz reflexos extraordinários na geração de renda e empregos locais.

De onde vem a crítica contra a irrigação? Do suposto consumo perdulário de recursos hídricos nas lavouras. Argumenta-se que se aplica água em excesso, em horários equivocados, com equipamentos obsoletos. Tais observações são, muitas vezes, pertinentes. Os antigos sistemas de irrigação padecem da obsolescência técnica, perdendo eficiência. Em contraposição, os modernos sistemas de irrigação localizada, incluindo o gotejamento no pé da planta, apresentam uma notável economia de água.

O termo "desperdício", a rigor, não se aplica na agricultura como nas cidades. Mesmo na irrigação por sulcos, quando se desviam os córregos para regar lavouras, parecendo "gastar" muita água, o excedente retorna mais abaixo ao ciclo hidrológico natural. Ou, então, ocorre a lixiviação na profundeza do solo, alimentando o lençol freático. Nada se compara ao uso residencial, em que o precioso líquido se esvai no ralo entupido de detergentes e apodrecido com matéria orgânica na descarga da privada. O consumo humano e industrial de água destrói sua salubridade, gerando efluentes com elevada carga de poluição. A irrigação, quando erroneamente aplicada, pode carregar fertilizantes químicos, ou mesmo pesticidas, contaminando mananciais. Mas esse dano ambiental é facilmente mitigável dentro do manejo local do solo. Soa insano comparar o uso de água para a produção de alimentos ao consumo urbano.

"O consumo humano e industrial de água destrói sua salubridade, gerando efluentes com elevada carga de poluição".

Por fim, resta considerar uma invencionice. Trata-se da absurda contabilidade que anota a quantidade total de água consumida por um vegetal, ou um animal, durante sua vida útil, para depois concluir quanto se "gasta" na produção daquele bem. Por exemplo, pega-se um bovino e se mede quanta água ele bebe desde que nasce até ser abatido no frigorífico. Daí, divide-se pelas arrobas que pesou e se chega à incrível conclusão: gastam-se 15 mil litros de água para produzir um quilo de carne. Com base nessas contas malucas, já vi alguém estimar que mastigar um hambúrguer equivale, em consumo d'água, a tomar banho por dois meses seguidos. Parece piada.

Essa matemática boboca simplesmente desconsidera que os bichos fazem xixi e, ao urinarem, devolvem ao meio ambiente a água que dele retiraram para beber. Em seu corpo permanece apenas o líquido celular. Assim funciona o "ciclo da água", matéria do ensino fundamental, em que os alunos aprendem que a água apenas muda de estado - sólido, líquido e gasoso -, mantendo a mesma quantidade existente no planeta Terra.

"Essa matemática boboca simplesmente desconsidera que os bichos fazem xixi e, ao urinarem, devolvem ao meio ambiente a água que dele retiraram para beber".

Se alguém estiver interessado em encontrar um vilão para o desperdício de água, sugiro procurar no banheiro da sua casa: basta apertar o botão da descarga na válvula hidra. Em seis segundos se esvaem dez litros para o fétido esgoto. Deixe o agricultor em paz. Aí mora a insanidade.

Xico Graziano é agrônomo, foi secretário de Agricultura e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

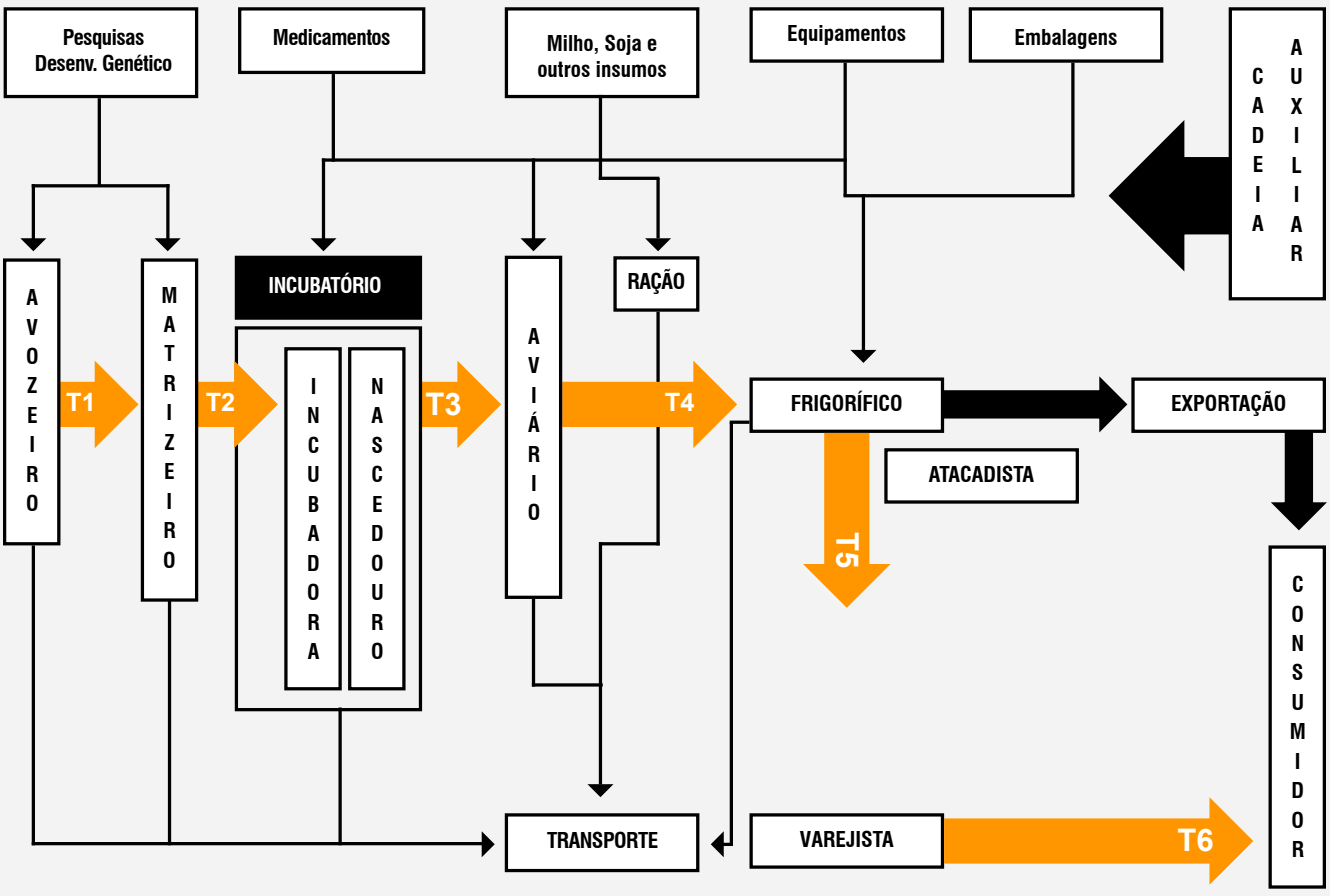
Email: xicograziano@terra.com.br

(Publicado em 03/03/2015 no jornal O Estado de S. Paulo)

O efeito dominó

O complexo ciclo da vida dos frangos de corte

CICLO DA VIDA DO FRANGO DE CORTE



As imagens do leite escorrendo pelo ralo do resfriador da granja, despejado em ruas ou rodovias, a morte por inanição de frangos em aviários ou de suínos, causaram grande impacto na população. Mas não formam o cenário completo dos efeitos causados pelo súbito rompimento da logística que encadeia o ciclo de produção de leite, frangos e suínos nos Estados Sul, seus maiores produtores.

O acúmulo de erros da política econômica durante o primeiro governo da presidente Rousseff estão multiplicando efeitos devastadores em todos os setores e no bolso dos contribuintes brasileiros. A revolta dos caminhoneiros demonstrada nos bloqueios de rodovias é a mais recente expressão desse quadro de incertezas. O alvo deles nesse movimento era Brasília, mas atingiram muitos daqueles que usam suas carrocerias como parte importante da produção. Entre eles, os milhares de avicultores que atuam como fornecedores desse importante segmento de proteína animal.

Quem enche a boca d'água ao olhar frangos recheados dando incessantes piruetas em assadeiras, não imagina que para acontecer essa cena, há um complexo conjunto agroindustrial que funciona ininterruptamente, 24 horas por dia.

Os bloqueios interromperam esse processo. A estimativa da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) calculou prejuízos de R$ 700 milhões, mas esse número pode aumentar.

MAPA AVICULTURA PARANAENSE

Nº	Região	Abatedouros	Incubatórios	Avicultores
1	Noroeste	5	0	1.460
2	Norte Central	12	1	2.922
3	Norte Pioneiro	2	0	831
4	Oeste	7	1	6.666
5	Centro Ocidental	2	0	883
6	Centro Oriental	1	1	858
7	Sudoeste	5	5	3.715
8	Centro Sul	0	0	156
9	Sudeste	0	0	241
10	Metropolitana de Curitiba	1	0	1.143
Total		**35**	**8**	**18.875**

No Brasil, segundo o IBGE (2013) o rebanho de frangos de abate alcançava 1,2 bilhão de cabeças, das quais 276 milhões no Paraná. Uma rede de indústrias integradoras (frigoríficos) depende de aproximadamente 19 mil produtores espalhados pelo estado. Entre esses dois extremos – produtor/frigorífico – há, porém, etapas praticamente desconhecidas da população.

Do ovo ao frigorífico

O ciclo de vida de um frango de corte segue o seguinte roteiro, como mostra o fluxograma:

1 – O "avózeiro" é o primeiro elo do ciclo. São as galinhas avós que são cruzadas para produzir as matrizes que, por sua vez, vão gerar os pintos comerciais criados para o abate.

2 – As "matrizes" são mantidas em instalações das empresas integradoras e produzirão os ovos férteis.

3 – Os ovos então tomam o caminho dos incubatórios, instalações com alto grau de biossegurança, onde são "chocados" num período de cerca de 21 dias. Dão origem aos pintos de corte que, com um dia de vida, são encaminhados aos aviários integrados. Serão 14 aves, em média, por metro quadrado e passarão noite e dia se alimentando. Todos devidamente vacinados contra doenças aviárias, diz Ariana Weiss Sera, médica-veterinária do Departamento Técnico Econômico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (DTE - FAEP).

4 – O crescimento dos frangos tem períodos variáveis de 28 a 43 dias e a ração das aves é ciclicamente enviada pelas integradoras às granjas. Na data precisa, um caminhão da integradora encostará na propriedade, embarcará as aves rumo ao frigorífico.

Todo esse processo é absolutamente controlado em questões de biossegurança, sanidade, transporte, logística alimentar etc, nada pode entrar em descompasso. Milhares de profissionais estão envolvidos. Um caminhão atravessado numa rodovia desencadeia um rápido e trágico efeito dominó. Como as matrizeiras não deixam de botar, milhões de ovos férteis não chegam às incubadoras, logo os pintos recém-nascidos não podem seguir viagem aos aviários. Enquanto isso as horas passam, os frangos não podem deixar de ser alimentados até o momento do abate. Se uma fase não funciona, o sistema pifa. E dá-lhe prejuízo ao produtor e à empresa ou cooperativa integradora.

Os caminhoneiros quiseram atingir o governo federal, mas acertaram também quem eventualmente preenche suas carrocerias e paga o frete. Milhões de ovos e pintos foram descartados.

Colher/semear e diversificar as culturas

“O Brasil infelizmente continua fazendo apenas o plantio direto e não o sistema plantio direto”

Por Hemely Cardoso

Há 42 anos o Sistema Plantio Direto (SPD) chegou por aqui e mudou a realidade do campo brasileiro. A tecnologia chegou num momento em que a erosão tinha se tornado um problema frequente nas lavouras devido ao sistema de plantio convencional. Com a adoção do SPD, o produtor deixou de preparar o solo (pela tecnologia convencional o solo era arado e depois gradeado), com o uso da palha na superfície e a diversificação de culturas. A tecnologia amenizou os prejuízos provocados pela erosão e trouxe uma série de benefícios ao campo, como a redução na perda de matéria orgânica e nutrientes, a retenção e infiltração da água no solo, além da economia no uso de fertilizantes.

Todavia, o produtor está deixando de fazer “o feijão com arroz” no SPD e o processo de degradação de solos vem aumentando ano a ano. No Paraná, por exemplo, não há nenhuma estatística oficial sobre as perdas de solo, no entanto, os especialistas da área fazem estimativas entre 25% e 30% em todo o Estado. Em entrevista à repórter Hemely Cardoso, o pesquisador e doutor em manejo de solos, José Eloir Denardin, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Trigo (RS), disse que o produtor está abandonando algumas práticas complementares à conservação de solo

e, hoje, o que ocorre no Brasil é o plantio direto (PD) e não o SPD. Entenda por que, confira a entrevista:

BI – O senhor comenta que o produtor deixou de fazer o SPD, mas faz o plantio direto (PD). O que isso significa?

José - O SPD é abandonar o preparo do solo, deixar a palha na superfície e diversificar as culturas. O Brasil infelizmente continua fazendo apenas o Plantio Direto e não o Sistema Plantio Direto porque está deixando algumas práticas de lado. No PD, por exemplo, estão sendo adotadas apenas duas tecnologias: o não preparo do solo e o uso da palha em superfície. Porém, só isso não é suficiente. Há a necessidade de uma terceira tecnologia que é a diversificação de culturas. Ou seja, deve abandonar o preparo do solo, manter a palha na superfície do solo e diversificar as culturas, que pode ser feita de três formas: rotação, consórcio e sucessão de culturas. No momento em que há diversificação de espécies cultivadas o produtor rural pode adotar o ato de colher/semear, ou seja, quando está colhendo uma cultura já está plantando a próxima.

BI - Como é esse processode colher/semear?

José – A proposta de colher/semear só é viabilizada com a diversificação de culturas. O solo deve estar sempre com plantas vivas, não é bom que permaneça apenas coberto com plantas mortas. Por exemplo, grande parte dos nutrientes aplicados em uma planta retorna ao solo quando os restos de cultura desta planta são decompostos. Dessa forma, no momento em que planta morre e uma nova planta é cultivada, o novo vegetal vai recuperar esses nutrientes. Se o solo não for imediatamente cultivado novamente, na medida em que os restos de cultura vão decompostos os nutrientes vão sendo perdidos. Hoje quando se fala em SPD é comum técnicos e produtores rurais mostrarem imagens com a palha morta sobre o solo. Entretanto, esse não é o melhor exemplo porque são as plantas vivas que seguram os nutrientes na lavoura para não irem embora e se tornarem úteis para a próxima safra.

BI – Como o senhor avalia a preservação de solos atualmente e como será nos próximos anos?

José – O preparo convencional do solo, com aração e gradagem estava levando a agricultura brasileira à falência em razão da intensa erosão que provocava. O SPD amenizou a erosão, entretanto, a adoção apenas do plantio direto ao invés do SPD está gerando uma degradação física do solo devido a pouca palha produzida nas lavouras que não adotam a diversificação de culturas. O produtor rural não usa mais o arado para afofar a terra e agora, no SPD, são as plantas, são as raízes das plantas que devem fazer esse trabalho. A soja é "rainha" dos grãos que faz rodar a economia, mas como rainha ela precisa de súditos que são as gramíneas (cereais de inverno, como trigo, aveias, centeio, cevada e cereais de verão, como milho, sorgo, milheto), porque são estas plantas que possuem raízes com capacidade para afofar a terra para a próxima safra. Hoje há muitas lavouras com sérios problemas de degradação em que as raízes não conseguem mais penetrar nos solos justamente pela falta de diversificação de culturas.

BI – Em relação à erosão, que voltou a ser um problema nas lavouras paranaenses, como é possível diminuí-la?

José - O que está acontecendo, por exemplo, é o abandono de tecnologia dos terraços e a adoção da semeadura morro baixo e morro acima, com a adoção do monocultivo de soja. A rejeição dos terraços e a semeadura morro abaixo e morro acima vem sendo justificada pelo tamanho das máquinas agrícolas que não podem mais ser manobradas entre terraços. Contudo, o produtor não pode adequar a lavoura às máquinas agrícolas e sim as máquinas agrícolas à lavoura. O que se está observando atualmente no campo é uma completa inversão de regras preconizadas pela agricultura conservacionista ou pela ciência da conservação do solo. É muito importante salientar que, o método tradicional de dimensionar terraços, os espaços entre eles variavam de 12 a 36 metros, porém com a modernização desta

tecnologia os espaçamentos variam de 40 a mais de 120 metros entre os terraços. A ideia de retirar um terraço a cada dois para aumentar o espaçamento entre eles não é correta e pode provocar prejuízos. Quando se retira um terraço, não se sabe se o outro que permaneceu terá estrutura suficiente para suportar a enxurrada. A opção indicada é reprojetar um novo sistema de terraços, dimensionando para as condições específicas da lavoura. Outro aspecto muito importante a considerar: o terraceamento não é projetado para o SPD e sim para a lavoura receber o SPD.

BI – Qual é a consequência dessa retirada de terraços?

José – O produtor rural vem deixando de estruturar a lavoura para as condições de solo, topografia e chuvas que ocorrem. Este abandono está provocando processos de degradação do solo, poluição ambiental, redução da quantidade de água que deveria infiltrar no solo para abastecer o lençol freático e alimentar as nascentes, os poços rasos e profundos e, principalmente, carregando corretivos e fertilizantes para os lagos e rios, com prejuízos econômicos. Se tornou comum medir a eficiência da lavoura através das sacas por hectare e não pelo quanto está sobrando por hectare. As perdas de corretivos, de fertilizantes e de água podem contribuir para o aumento do efeito das estiagens, são fatores que deveriam compor os cálculos de eficiência das lavouras. Atualmente predomina o plantio direto ao invés do SPD, com produção de palha, em volume inferior ao necessário, sem a adoção da diversificação de culturas e, com a retirada das obras hidráulicas que poderiam amenizar expressivamente as perdas. Quando se observa um terraço cheio de água, por exemplo, logo se pensa em um desastre, então imagine se ele não estivesse lá. Essa água já estaria no rio, levando os corretivos, os fertilizantes, a matéria orgânica e toda a sorte de insumos aplicados na lavoura. O abandono da tecnologia do terraceamento está afetando a disponibilidade de água nos poços tanto rasos como profundos. Quando se adota o SPD, em área adequadamente protegida das enxurradas, e com a diversificação de culturas, o produtor rural vai perceber que a única perda que ele vai ter é a que o grão leva embora. A única perda que ocorre é o que a colheita exporta. Quem adota esse sistema poderá economizar mais de 40% em corretivos e fertilizantes. Lembrando: para poder ganhar tem que parar de perder. Não basta ter uma tecnologia, a diferença ocorre no manejo onde a tecnologia é empregada. O terraço retarda a chegada da água até os lagos e rios e nesse período oferece essa água às plantas, permitindo ao solo cumprir o seu papel de regular o fluxo das águas que tocam a superfície da terra. O terraço regulariza o fluxo das águas.

BI - O que o senhor recomenda aos produtores?

José – Volto a bater na questão da diversificação de culturas porque são as plantas, através do sistema radicular, que promovem a manutenção da infiltração da água no solo. As raízes das plantas ao se decomporem, abrem canais e poros no solo, facilitando a infiltração de água e o desenvolvimento das raízes dos próximos cultivos.

Terraços for Windows

"Terraceamento é como vertedouro de barragens, deve ser calculado", aponta Denardin. Em 1995, a Embrapa lançou um software "Terraço for Windows" desenvolvido para calcular o espaçamento entre os terraços, em vertedouros de barragens e aplicável em qualquer lavoura. O programa calcula o espaçamento entre os terraços, em vertedouros de barragens.

Pelo software, o produtor preenche dados específicos da região e da lavoura em questão, como precipitação pluvial máxima esperada para tempos de retorno e duração estipulados; tipo de solo; taxa de infiltração básica de água no solo; declividade do terreno; manejo de solo; de culturas e de resíduos culturais e altura da crista do terraço que pode ser construído em função das condições topográficas do terreno e do equipamento disponível para a sua construção. "O agricultor diz ao computador como ele quer fazer esse terraço e o software oferece o espaçamento ideal. É uma ferramenta simples e fácil de usar", observa Denardin.

A nossa Economista

A marcante trajetória de Gilda Bozza economista do Badep e da FAEP

Gilda ao lado do Presidente Ágide Meneguette durante a homenagem na FAEP

Quem acompanha os números do agronegócio paranaense, certamente já se familiarizou com o nome da economista Gilda Bozza e com suas argutas análises dos indicadores macroeconômicos do Estado. Durante os anos em que atuou no Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, ela emprestou sua competência à agricultura paranaense, onde tornou-se referência para muitos produtores, que procuravam seus conselhos na hora de decidir o momento certo para negociar sua produção, além de uma valiosa fonte de informação para jornalistas.

Gilda iniciou sua carreira no antigo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep), na década de 1970, onde sua dedicação e seriedade possibilitaram uma rápida ascensão. Começou como secretária e terminou como gerente de Estudos e Planejamento do banco. Ao longo desta trajetória graduou-se em economia. "Sempre foi uma pessoa muito criteriosa. Todo trabalho em que se envolvia você notava que ela ia a fundo naquele assunto", lembra o assessor da presidência da FAEP e ex-chefe de Gilda no Badep, Carlos Augusto Albuquerque.

Quando o banco foi liquidado, em 1991, a economista foi convidada a integrar o DTE da FAEP, posto do qual se aposentou no início deste ano. Nos anos em que atuou junto à casa dos agricultores paranaenses, ela se destacou como uma grande analista da economia do Estado, deixando um legado que foi reconhecido em diversas situações, como em 2010, quando, foi agraciada na 2ª edição do Prêmio Economista Paranaense do ano.

A clareza de ideias com que Gilda produzia seus textos – acessíveis mesmo àqueles não versados no "economês" – fez dela uma interlocutora importante dos temas centrais do agronegócio, apresentando de forma simples o que por natureza era complexo. Devido a essa facilidade em traduzir aquilo que não é de fácil compreensão, durante as viagens técnicas realizadas pela federação para conhecer a agricultura em outros países, a economista era elencada como escriba oficial dos relatórios técnicos.

A elegância discreta, ocultava uma cultura refinada de uma pessoa fluente em inglês e francês, apaixonada por literatura, cinema e viagens. Agora terá mais tempo para isso e para o poderoso Fidel, 14 anos, seu fiel cãozinho pinscher que socializa com ela o espaço caseiro.

Homenagem

Com a mesma simplicidade e comedimento que a caracterizam, Gilda, no último dia 04, foi homenageada pela Diretoria e pelos companheiro(a)s de trabalho na FAEP. "Pensando pelo lado das amizades, dos bons momentos vividos, a memória voa e traz à tona lembranças especiais, de cumplicidade e alegrias divididas", escreveu a engenheira-agrônoma Maria Silvia Digiovani, que por muitos anos conviveu e trabalhou com Gilda no DTE/FAEP. Nossa economista deixou saudades.

As novas batatas brasileiras

Cultivares desenvolvidos pela Embrapa tornam-se alternativa estratégica para bataticultores brasileiros. Nova variedade foi lançada no Paraná em março

Por André Amorim

A batata constitui a base alimentar de diversos países, principalmente na Europa. Trata-se do quarto alimento mais consumido no mundo, perdendo apenas para o arroz, trigo e milho. Apesar do tubérculo ter sua origem nos andes peruanos e bolivianos, onde até hoje são cultivadas espécies das mais variadas cores e sabores, atualmente a maioria das sementes cultivadas nas lavouras brasileiras são importados de países do hemisfério Norte, onde as características de solo e clima são bem diferentes daquelas encontradas aqui.

Para fortalecer a bataticultura brasileira e reduzir a dependência das sementes importadas, a Embrapa vem trabalhando em diversas cultivares adaptados às nossas condições de clima e solo. A novidade mais recente é a batata BRS Camila, lançada em Palmas, na região Centro-sul do Paraná, no último dia 05 de março.

A cultivar vai dar mais segurança à atividade no Estado, que hoje se vê dependente, em grande parte, de poucas variedades de sementes importadas. Segundo a descrição da Embrapa, a BRS Camila é uma planta de porte médio, com bom potencial produtivo, boa para ser preparada cozida ou assada. Uma batata de mesa, destinada ao consumidor doméstico e não à indústria.

Uma das suas principais características é ser resistente ao vírus Y e à Requeima, fungo responsável pela "Fome da Batata", ocorrida na Irlanda entre 1845-1849, quando um milhão de irlandeses morreram de fome após os batatais serem dizimados pela doença, e outros um milhão emigraram, principalmente para os Estados Unidos,

mudando para sempre a configuração socioeconômica dos dois países.

A BRS Camila foi desenvolvida através do Programa de Melhoramento Genético de Batata da Embrapa Clima Temperado (Pelotas-RS), Embrapa Hortaliças (Brasília-DF) e Embrapa Produtos e Mercado (Canoinhas-SC). Até o momento, a nova variedade foi plantada apenas em campos experimentais do Grupo Schebeski, na região de Palmas, um dia de campo foi realizado para lançar oficialmente a nova cultivar. Segundo o engenheiro-agrônomo e consultor do Grupo Schebeski, Marcelo Kusmann, o primeiro campo de teste, semeado em outubro, com 1.000 m^2, já foi colhido. Outros três campos foram plantados em novembro, dezembro e janeiro, de modo a avaliar o desempenho da variedade em diferentes condições de temperatura do Paraná.

Segundo Kusmann, os resultados preliminares são animadores, mas ainda são necessários mais testes para avaliar a nova cultivar com o critério necessário. O primeiro lote colhido, segundo ele, empatou em produtividade com a batata do tipo Ágata, que é atualmente a opção usada pelos bataticultores da região. “Se fosse para comparar as duas, nesta primeira avaliação teve uma produtividade igual de sacas por hectare”, afirma. O que chamou a atenção, segundo ele, foi o formato dos tubérculos: “Maiores, mais uniformes e mais brancos”, observa.

Na avaliação de Kusmann, mais importante do que o bom potencial para o mercado, é a possibilidade de diversificar a oferta de sementes. “Quando você fica com uma variedade só (como o caso da Ágata), você tem um risco, vira refém daquela variedade”, avalia. Na opinião do consultor, a BRS Camila vem somar como opção de cultivo.

Genética na lavoura

Para que a nova cultivar ficasse pronta, foram necessários mais de 11 anos de pesquisa. O analista da Embrapa Produtos e Mercado, Antônio Bortoletto, explica que a cada ano são feitos 60 mil cruzamentos com cultivares de interesse, sendo 40 mil no verão e 20 mil no inverno. “Destes, ficam, mais ou menos, 450, 500. No segundo ano cai para 95. Em cinco anos sobram entre dois e dez cultivares, não é por acaso que surgem batatas com estas características”, observa.

A seleção genética da Embrapa já rendeu outras cultivares adaptadas às condições de clima e solo do Brasil, como a BRS Ana, lançada em 2007 com vocação para a indústria de palitos pré-fritos congelados e fécula; a BRS Clara, de 2010, com potencial para saladas e outros pratos, e a BRSIPR Bel, de 2012, desenvolvida em parceria com o Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) com direcionamento para a indústria de “chips” e batata palha.

O que determina se um tipo de batata é próprio para a fritura ou para o cozimento é a quantidade de matéria seca que ela possui. Quanto maior a quantidade de matéria seca, mais crocante e sequinha a batata fica após a fritura. Se a quantidade de matéria seca é pequena, o tubérculo tem maior vocação para ser cozido, transformado em purê, ou em salada.

A previsão para a safra atual de batata (segunda safra) no Paraná é de 372, 9 mil toneladas. A previsão da primeira safra foi de 466,7 mil toneladas.

Arione, da Embrapa: “Cultivares com essas características não surgem por acaso”

Sintonia com a cadeia

Para produzir uma nova cultivar, a Embrapa alinha as pesquisas com as demandas da cadeia produtiva. “A indústria tem os requisitos muito bem definidos. Então esses tipos de cultivares tem que ser definidos desde as escolhas dos cruzamentos”, informa o pesquisador da Embrapa Clima Temperado, Arione Pereira, que atua no melhoramento genético da batata.

Segundo ele, cultivares como Bel e Ana são desenvolvidos de acordo com parâmetros demandados pela indústria de alimentos. O resultado desta sintonia, já começa a surgir em algumas regiões do Paraná. Nos Campos Gerais, a Cooperativa Unicastro possui oito produtores trabalhando com a Bel em escala industrial. “Passamos pela fase de testes no ano passado, agora já está dentro do processo industrial”, conta Tsotomu Matsuda, vice-presidente e coordenador do grupo de batata da Unicastro. Quem adquire a produção na região é a indústria Yoki alimentos. “Iniciamos com ela, mas não tem quantidade ainda, estamos fazendo em módulos, para tirar pelo menos uma carreta em cada local. Para ter escala vai levar ainda um ano”, observa.

Segundo Matsuda, atualmente a cooperativa está multiplicando sementes da Bel para distribuir entre os produtores. Dentre as vantagens observadas por ele em relação à batata Atlantic, semente importada que é cultivada pelos produtores cooperados, é que a cultivar brasileira resiste mais ao clima seco e utiliza menos insumos. “O visual também é muito bonito, tenho impressão de que vai reduzir o custo do manejo”, avalia o dirigente, que destaca a importância da parceria com a Embrapa “Tem pesquisadores de tirar o chapéu”, elogia.

Um dos produtores que esta experimentando a batata Bel nas lavouras é Richard Borg, que possui propriedade na região dos Campos Gerais. Ele conta que já colheu as batatas em duas áreas teste com cerca de 0,3 hectares cada. A primeira colheita, segundo ele, foi boa, já a segunda “deixou um pouco a desejar”, visto que não ultrapassou a produtividade da batata Atlantic, que ele cultiva há mais de 15 anos.

Sua produção é vendida para a Yoki, que utiliza os tubérculos para fabricação de chips e batata palha, devido à boa quantidade de matéria seca presente. A prova de fogo virá no final do ano, com a colheita do campo comercial, que ele deverá semear em março em uma área entre quatro a cinco hectares. “Está todo mundo experimentando ainda, no final do ano vamos ter a avaliação do campo comercial”, afirma. Na sua opinião, “Tanto o produtor quanto a indústria devem estar satisfeitos com as novas variedades”.

BRS Ana (2007) batata com vocação para a indústria de palitos pré-fritos congelados e fécula

BRSIPR Bel (2012), desenvolvida em parceria com o Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) com direcionamento para a indústria de “chips” e batata palha.

BRS Camila (2015) batata de mesa com potencial para saladas e outros pratos.

Dividino na FAEP

No último dia 04, o presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, foi recebido na sede da FAEP, em Curitiba, pelo presidente da entidade, Ágide Meneguette e assessores. Ele discorreu sobre a execução de importantes obras e a instalação de equipamentos portuários, que vão agilizar a exportação paranaense, principalmente aquelas vinculadas ao agronegócio. Dois novos "shiploaders" (carregadores do berço 213, por exemplo), estão em fase final de instalação e cujas características permitem operar com navios de maior porte, reduzindo o tempo de embarque e o custo de transporte marítimo em até 10%. Dividino relatou ainda o investimento de R$ 394 milhões em novas obras de dragagem de aprofundamento no Porto de Paranaguá. O investimento inclui projetos básico e executivo, sinalização e balizamento.

Informe

FUNDEPEC-PR SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 27/02/2014

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R$				DESPESAS EM R$			SALDO R$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		26.748.841,53		2.341.952,64	-	33.388.227,23
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		2.802.793,44		181.518,99	-	15.155.200,27
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		2.744.649,10		-	-	6.659.183,73
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		111.258,88		-	-	188.581,66
Setor Ovinos e Caprinos	123,76			10.999,28		-	-	16.837,89
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		138.478,93		-	-	222.486,84
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-			-	141.031,00
TOTAL	**20.744.182,00**	**4.624.105,00**	**141.031,00**	**32.695.702,25**	****542.225,27**	**2.664.502,63**	**77.567,43**	**55.462.950,19**
SALDO LÍQUIDO TOTAL								**55.462.950,19**

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasse mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

ASTORGA

Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Astorga realizou em janeiro dois cursos de Aplicação de Agrotóxicos – tratorizado de barras – NR31. A primeira turma com 10 participantes teve aulas entre os dias 21 e 23 no Distrito de Tupinambá. A segunda entre os dias 29 e 31 para 12 participantes. O instrutor foi Mauro Moreira dos Santos.

CIANORTE

Agricultura de Precisão

No período de 11 a 13 de fevereiro, o Sindicato Rural de Cianorte realizou, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná, o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão – Introdução à Agricultura de Precisão. A turma de 11 participantes teve como instrutor Mauricio Aparecido da Silva. O evento foi realizado na propriedade da empresa.

CORNÉLIO PROCÓPIO

Tratorista

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou em parceria com a Destilaria Americana o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola), no período de 19 a 23 de janeiro. O instrutor foi Miguel Jorge Wafte Neto.

SANTA MARIANA

Molhos e temperos

No dia 11 de fevereiro foi realizado no Sindicato Rural de Santa Mariana o curso de conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos, onde as participantes aprenderam técnicas preparos de molhos e a conservação em vidro de alimentos. A instrutora foi Celeste de Mello.

MARINGÁ

Panificação

O Sindicato Rural de Maringá realizou nos dias 28 e 29 de janeiro o curso de Panificação. As aulas foram ministradas pela instrutora Cleidimar Rocha de Oliveira para um grupo de 14 participantes.

SERTANÓPOLIS

Colhedora

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou de 12 a 16 de janeiro o curso Trabalhador na operação e Manutenção de Colhedora Automotrizes – Colhedora Axial – case intermediária. A turma de 13 trabalhadores foi coordenada pela instrutora Silvana de Fatima Ribeiro Olzewski.

NOVA LONDRINA

Tratores

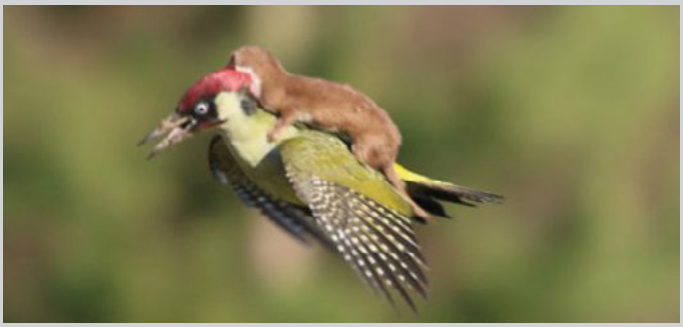
O Sindicato Rural de Nova Londrina em parceria com a Cia Melhoramentos Norte do Paraná, promoveu nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - NR-31, com o instrutor João Shinobu Tamai.

TIBAGI

Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Tibagi realizou o curso de Inclusão Digital no período de 26 a 30 de janeiro. A turma composta por 15 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutor Carlos Rafael.

Uma simples foto



Um furão, em Londres tentou escalpelar o Pica-pau. Este,
porém decolou subitamente surpreendendo o Mustela putorius furo.
Houve aterrisagem, os dois sairam ilesos, e o furão foi procurar outro freguês!

Fonte: BBC

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: ***imprensa@faep.com.br*** com seu nome e endereço.

Amazônia Legal

O conceito da Amazônia Legal foi criado pela Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953. É uma área na região da floresta amazônica, que envolveu nove Estados brasileiros: Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos Estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Compreende 5.217.423 km², cerca de 60% do território brasileiro.

Foi engano

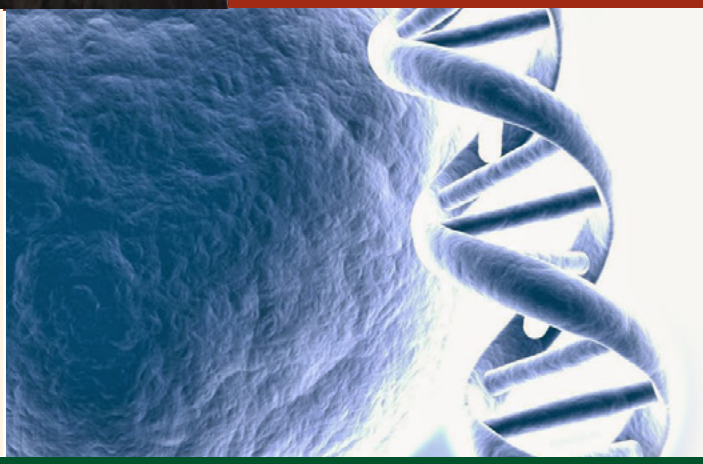
O homem liga o telefone e, quando atendem, pergunta:
- Alô, querida. O que você acha de eu levar uns amigos para jantar em casa esta noite?
- Acho ótimo, meu amor. Ficarei felicíssima se os trouxer.
- Desculpe, acho que liguei para o número errado.

Brasil goiaba

Rica em Vitamina C, é, portanto, um excelente antioxidante. Cem gramas de goiaba contém cerca de 240 mg de vitamina C mais do que o limão e a laranja. O Brasil é o maior produtor mundial de goiabas vermelhas. A palavra goiaba é de origem indígena amazônica (nação aruaque). Estes índios chamam o fruto de guayaba.

"Choque" no cotovelo

Quando se bate o cotovelo sem querer ocorre um choque. A reação é causada pela compressão de um nervo chamado ulnar. No cotovelo, o nervo ulnar está muito exposto, ficando suscetível a pancadas.. Esse nervo está ligado aos dedos mínimo e anular. Por isso, a sensação de choque se espalha do cotovelo até esses dois dedos.



Células-tronco

As células-tronco são células capazes de autorrenovação e diferenciação em muitas categorias de células. Elas também podem se dividir e se transformar em outros tipos de células. Além disso, podem ser programadas para desenvolver funções específicas, tendo em vista que ainda não possuem uma especialização. Basicamente, as células tronco podem se auto-replicar, ou seja, se duplicar, gerando outras células-tronco. Ou ainda se transformar em outros tipos de células.

Profissões do futuro

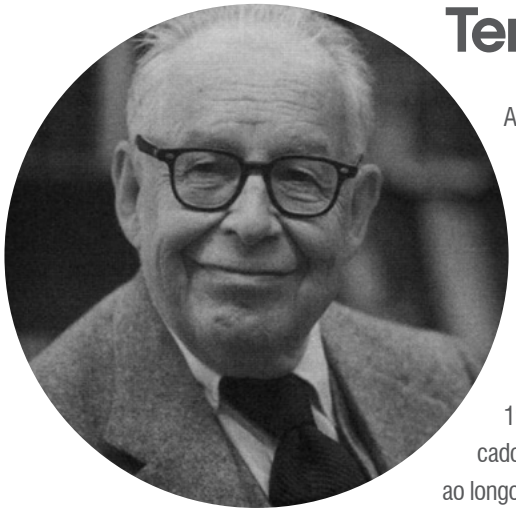
Um estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, feito em mais de 400 empresas nacionais, mostrou quais são as melhores profissões do futuro. São nove áreas que terão grande oferta de vagas até 2020. Veja a seguir quais são elas:

Supervisor em indústria de transformação de plástico.
Engenheiro de petróleo.
Técnico em sistemas de informação.
Trabalhador de superfície de metais.
Engenheiro de mobilidade.
Técnico em mecatrônica.
Biotecnologista.
Engenheiro ambiental e sanitário.
Desenhista técnico em eletricidade, eletrônica e eletromecânica.

Caca no celular

Foi realizado um estudo na Queen Mary University of London indicando que 1 em cada 6 celulares são infectados com bactérias fecais, ou 92% dos celulares analisados apresentaram bactérias. Isso está ligado aos próprios hábitos de higiene e o fato de que raramente as pessoas higienizam seus celulares. Pare e pense: teu celular ao ser usado está sempre próximo ao rosto e à boca.

Terremotos



A Escala Richter, utilizada para medir a magnitude do terremoto foi proposta em 1935 pelo sismólogo Charles Francis Richter (1900 -1985), que pretendia inicialmente empregá-la apenas para medir abalos no Sul da Califórnia. O maior terremoto registrado aconteceu no Chile, em 1960, chegou a 9,5 graus e foi provocado pelo contato entre placas tectônicas ao longo de 965 km da costa chilena.

Prêmios IGNOBEL

Há 24 anos, na Universidade de Harward, são concedidos o prêmio IGNOBEL (http://www.improbable.com/ig/) aos estudos mais estranhos em várias áreas.

Veja alguns dos premiados em 2014:

Física - Concedido a Kiyoshi Mabuchi, Kensei Tanaka, Daichi Uchijima e Rina Sakai por terem estudado as propriedades de deslizamento de uma casca de banana.

Medicina - Ian Humphreys, Sonal Saraiya, Walter Belenky e James Dworkin foram premiados por tratar hemorragias com tiras de carne de porco.

Ciência Ártica - Eigil Reimers e Sindre Eftestol levaram o prêmio por estudarem como renas reagiam a humanos fantasiados de urso polar.

Em 2013, Alexander Lukashenko, presidente da Bielorrússia, recebeu o IGNOBEL da Paz por ordenar a prisão de um homem de um braço, sob a acusação de aplaudir em momento errado.

O IGNOBEL da Paz de 2010 coube a Richard Stephens, John Atkins, e Andrew Kingston da Universidade de Keele, Reino Unido, por confirmarem a informação de que os palavrões aliviam a dor.

A nova maquininha de fazer doido

O crescimento do número de celulares no Brasil vem sendo explosivo. No final do ano passado havia 280,7 milhões de celulares e nos próximos cinco anos o número de linhas em uso no Brasil deve alcançar 350 milhões. A previsão é da Mobility Report, da multinacional Ericsson.

O problema não é a quantidade de celulares, é o uso que dele se faz, a escravidão de quem não consegue se despregar do aparelho. Ao volante no trânsito, na sala de aula, em uma igreja, na roda de boteco em que o twiter ou Facebook supera até a caneca de chope no quesito atenção?

Houve um tempo, por exemplo, que uma viagem de ônibus podia ser agradável simplesmente pela troca de ideias com o vizinho de poltrona. O tema não poderia enriquecer a literatura universal, mas tornava a viagem mais amena. Hoje há duas categorias de passageiros: a que fica ouvindo músicas com o celular na mão e um olhar vazio pregado não se sabe onde, e os que exercitam o polegar rolando a tela para cima e para baixo. Conversar? Nem pensar.

E o churrasco com os amigos? O habeas corpus da cara-metade é obtido desde que o maridão "não desligue o celular", sujeito, portanto, a uma súbita ligação para checar se a conversa em torno da costela é masculina. Chegará o dia em que o Smarthphone detectará e transmitirá os odores da costela.

Dizia-se que a TV era a máquina de fazer doido, pois agora a maquininha é outra.

Negar a praticidade do aparelhinho é bobagem. Depende do seu uso. Ocorre que ele já fez aflorar uma nova fobia: a nomofobia. O nome vem do inglês no + mobile + fobia, ou seja, "fobia de permanecer sem conexão móvel". A necessidade de estar conectado ultrapassa todos os limites. Uma pesquisa feita na Inglaterra, mostrou que 58% dos britânicos e 48% das britânicas não saem de casa sem o celular, mantêm o telefone ligado 24 horas por dia e sentem ansiedade insuportável sem o aparelhinho.. São nomofóbicos.

O consumismo ajudado pela propaganda vai empurrando sempre um aparelho cada vez mais sofisticado que confere status econômico e social ao dono, mas pode estar relacionado à busca de reafirmação da identidade psicológica. Ou seja, se achar diferente.

Lembra-se daqueles tempos em que telefone só servia para falar e ouvir?

Endereço para devolução:
Federeção da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Falecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Ausente
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dade pelo porteiro ou sindico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ · FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ · SINDICATO RURAL

SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo está disponivel no site: **sistemafaep.org.br**